

Ata de Reunião
Comitê de Enfrentamento ao Covid-19 no Sistema Socioeducativo

Data: 27/agosto/2020	Local: Webex
Horário de início: 14h00min	Horário de Término: 15:30
<p>SEI nº 0024677-23.2020.8.16.6000</p> <p>Participantes: Des. Ruy Muggiati, Supervisor do GMF/PR Dra Noeli Salete Tavares Reback, Juíza Coordenadora Estadual - CIJ/TJPR Dra. Claudia Catafesta Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF/PR Adriana Accioly - Assessoria do GMF/PR</p> <p>Ministério Público do Estado do Paraná Dra. Luciana Linero</p> <p>DEASE - Departamento de Atendimento Socioeducativo (SEJUF) Cel. David Antonio Pancotti Alison Adalberto Batista, responsável pela Divisão de Vagas e Informações Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto, responsável pela Divisão Psicossocial Carla Pereira Navarro Lins - Divisão de Saúde Solimar Gouveia Letícia Rivelini</p> <p>SESA - Divisão de Saúde da Criança e do Adolescente Marisa Costa</p> <p>OAB/PR Dra. Karina Sabatke</p> <p>DEFENSORIA PÚBLICA Dr. Bruno Muller Silva, Defensor Público, coordenador do Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ)</p> <p>CEDCA Márcio Bernardes de Carvalho</p> <p>Secretaria de Segurança Pública - SESP Dra. Eliete Aparecida Kovalhuk</p> <p>Conselho Nacional de Justiça/PNUD Flávia Saldanha Kroetz, coordenadora estadual do Programa Justiça Presente</p>	

Assuntos em Pauta:

Para a reunião de 27 de agosto de 2020, às 14h00min, fica estabelecida a seguinte pauta, ainda aberta para eventuais sugestões dos parceiros:

- 1 -Aprovação da ata da reunião anterior;
- 2- DEASE - atualizações -

3-Estatísticas - PROJUDI-SESP - comparativo com dados adultos - ações e cronograma

4- DEASE - Solimar: Retomada dos trabalhos do Colegiado Interinstitucional

5- livro digital “eBook” - proposta - cronograma

6 -Assuntos Gerais

Desenvolvimento dos Assuntos em Pauta:

Aberta a reunião pelo Des. Ruy, passou a palavra a Dra Noeli Salete Tavares Reback, que submeteu a pauta da reunião do dia 13 de agosto de 2020, **que sem acréscimos, foi aprovada e passou a palavra aos integrantes do DEASE para as atualizações:**

Carla Lins informou que são 9 unidades socioeducativas com casos positivos entre servidores, sendo que em nenhuma das unidades foram constatados adolescentes suspeitos ou positivos ([relatório/boletim](#)), detalhando as unidades em que os agentes foram identificados como positivos ou suspeitos para covid;

Dra. Eliete apresentou os dados extraídos da Secretaria de Segurança Pública do quantitativo de atos (crimes) praticados pelos adultos em comparação com os dados dos atos infracionais praticados pelos adolescentes ([acesso ao relatório](#)) no período de janeiro de 2019 a julho de 2020;

Dra. Claudia Catafesta apresentou os dados extraídos do Projudi referentes aos boletins de ocorrência, apresentados por cada mês e comarcas ([acesso ao relatório](#)) e pontuou que os números demonstram uma sensível queda dos atos infracionais, no mesmo sentido apontado pelos relatórios da SESP;

Dra. Noeli propôs a tabulação dos dados apresentados pela Dra. Claudia, uma vez que a forma apresentada pelo Tribunal carece de um tratamento para melhor visualização; que o grupo de trabalho criado para a avaliação desses dados possa pensar em políticas e publicação dessas informações, para que essas políticas possam atingir os adolescentes, tudo a partir da reunião deste grupo de trabalho, e apresentar ao Comitê;

Dra. Luciana apontou que o ato infracional dos adolescentes tipificados como tráfico, é um reflexo da vulnerabilidade das famílias em que são criados, a falta de inserção no mundo do trabalho, fazendo que os adolescentes sejam usados como mão de obra para a criminalidade, pois os atos infracionais que não são correspondentes ao tráfico, demonstra essa constatação de vulnerabilidade;

Dra. Claudia Catafesta informou que em conversas com Dra. Flávia Kroetz e Flávia Ziliotto estão pensando em parcerias para se anteciparem à instauração do processo, pensando em estratégias garantistas já a partir do registro do Boletim pela polícia, visando garantir ao adolescentes o direito à defesa, acesso ao programa restaurativo, de forma conjunta com os atores do sistema juvenil, tendo como experiências válidas a comarca de Belo Horizonte e São Caetano do Sul;

Cel. Pancotti acredita que a proposta trazida pela Dra. Cláudia Catafesta significa uma mudança de paradigma, mas precisa de uma adesão institucional do judiciário, para que a

iniciativa possa ser amplificada;

Dra. Eliete também manifestou seu apoio, para que essa prática possa ser aplicada no âmbito da Polícia Civil;

Dra. Noeli informou que foi aprovada uma recomendação do CNJ no sentido de unificar o tratamento dado aos adolescentes em âmbito nacional. Trouxe que no Estado somente uma unidade feminina e o que fazer com as meninas, eventualmente sentenciadas e que não podem ser encaminhadas à Unidade Joana Richa?

Cel. Pancotti respondeu que em relação à Unidade Joana Richa, elaborou-se um PIA e ações boas, porém falta contrapartida e avaliação de seus trabalhos pelo Poder Judiciário, de forma que possa ser premiado nacionalmente e se essas avaliações forem feitas, acredita que possuam condições de atender as meninas na unidade Joana Richa;

Dra. Noeli esclareceu que a capacidade de internamento das meninas está direcionada em uma única unidade socioeducativa e que busca-se uma alternativa desse cumprimento de medidas para meninas, no Estado;

Dra. Luciana falou que a questão da lotação em relação às meninas já é antiga; que a execução nessa unidade é conduzida pelos juízes e promotores de forma alinhada e com seus direcionamentos para uma execução mais prolongada; que já tinha um diagnóstico, como Ponta Grossa, com algumas situações que não conseguem encaminhar e está sendo proposta que as meninas das comarcas mais longe da capital possam contar com uma outra unidade feminina; que essa demanda existe e precisa ser pensada como política pública do Estado;

Solimar Gouveia comunicou sobre a retomada dos trabalhos da Comissão Interinstitucional de Monitoramento e avaliação do Plano Estadual de atendimento socioeducativo do Estado do Paraná, em parceria com GMF; para isso, foi elaborado ofício aos atores para a indicação de representantes, reforçando a participação do programa Justiça Presente; a primeira reunião foi agendada para o dia 28 de setembro de 2020, às 14h00min;

Dra. Noeli trouxe a pauta sobre a elaboração do e-book, na forma proposta por Márcio Bernardes; trouxe a manifestação de Márcio Bernardes da impossibilidade de participar presencialmente das reuniões em razão de compromissos profissionais, mas que, prestará seu apoio às atividades do comitê; apresentou-se a proposta do e-book encaminhada por Márcio Bernardes, que propõe o registro de todas atividades relacionadas à socioeducação e todas as ações que possam ser compiladas sobre esses assuntos;

Flavia Ziliotto informou que o grupo de trabalho para elaboração do e-book está composto por Aline Fioravante, Flávia Ziliotto, Bruno Muller... que será interessante integrar também os trabalhadores das unidades para relatos importantes;

Aline Fioravante ratificou sua participação e a importância de mais integrantes para fortalecer os trabalhos do grupo, inclusive com os registros dos trabalhadores das unidades, para trazer uma linguagem também informal para facilitar a escrita do e-book;

Dra. Noeli reforçou a participação de mais atores para execução do d-book, integrando com

Ministério Público e Defensoria;

Dra. Luciana Linero propôs a parceria com as Escolas da Magistratura e do Ministério Público para elaboração do e-book, apoiando na forma de publicação e editorial;

Dra. Noeli informou que pode buscar o contato com a EMAP; com apoio de um contratado pela Coordenadora da Infância e que o apoio das Escolas será importante;

Dr. Bruno Muller também se comprometeu em buscar apoio na Escola da Defensoria;

Dra. Noeli retificou os componentes da comissão para elaboração do e-book : Aline Fioravante; Flavia Zilioto; Defensoria Pública do Paraná; Ministério Público do Paraná; do Judiciário, busca de apoio junto à Escola do Ministério Público e Escola do Judiciário; Flávia Kroetz do programa Justiça Presente; **solicitou como encaminhamento a elaboração de ofício formal solicitando apoio da EMAP na elaboração do E-book;**

Dra. Luciana Linero esclareceu sobre o texto elaborado que resultou na Nota Técnica n.º 2/2020 do Comitê, em manifestação ao artigo do Professor Paulo Pinheiro publicado a partir do site da Comissão Arns de Direitos Humanos ([acesso à nota](#)), pontuando a importância da preocupação do professor e que no Paraná as ações dos atores se demonstram eficazes ao devido tratamento e acompanhamento dos adolescentes;

Dr. Bruno Muller efetuou a leitura da Nota a todos os integrantes do comitê;

Cel. Pancotti manifestou seus agradecimentos à elaboração da Nota Técnica e que será levada ao FONACREADI para publicação nacional;

Dra. Noeli informou que a nota será encaminhada para o canal para onde foi divulgado, com ofício assinado pelo Des. Ruy solicitando a divulgação; informou que dia 09 de setembro está disponível para elaboração de uma live do comitê socioeducativo;

Dr. Bruno sugeriu como tema de live do dia 09 de setembro os projetos de leitura realizados em unidades, a exemplo do realizado nos CENCEs de Londrina, por serem atividades concretas;

Dra. Claudia esclarece que o CENSE Londrina possui a prática de leitura como estratégia de atividades conjuntas entre os CENSEs 1 e 2 e com a proposta de integração de outras unidades; falou das atividades do “se liga rapaz”, com um rapper participando das atividades, propondo que o evento seja voltado aos meninos; falou sobre o projeto “Falando sobre socioeducação” e a página criada no “instagram” para a publicação das boas práticas, com postagens diárias, envolvendo as temáticas de socioeducação; deixou como registro que as unidades menores tem favorecido as melhores práticas, sugerindo que seja pensado a construção de unidades menores para favorecer os objetivos da socioeducação;

Cel. Pancotti informou que sobre a construção de unidades, um dos projetos junto ao CEDCA foi aprovado, aquele de compra de materiais de informática; que recursos para a construção de unidades dependem de projetos, mas com dificuldades, com possibilidades de construção para semiliberdade;

Dra. Noeli ratificou a proposta do Dr. Bruno Muller sobre a live do dia 09 de setembro; tratou da decisão do STF sobre a proibição de superlotação no sistema socioeducativo, pontuando que o Estado do Paraná não tem essa realidade, reforçando que ações na construção de unidades pode ser focadas no sistema de meio aberto e de semiliberdade.

Encaminhamentos:

- Fica designada reunião para o dia 10 de setembro de 2020, às 14h00min, utilizando-se a plataforma virtual Webex por meio de convênio CNJ/Cisco a ser criada sala de reunião pela assessoria do GMF.